

Auto-organização social no mundo do trabalho e produção: notas para uma crítica à economia solidária

Cassio Brancaleone¹

Resumo

O debate contemporâneo sobre experiências alternativas de organização do trabalho e da produção se encontra no Brasil dominado pela chamada “economia solidária”. Disseminadamente conhecidas como “cooperativas” ou “fábricas e empresas recuperadas”, muitas dessas experiências evidentemente não são novas, remontando às primeiras práticas de resistência e de auto-organização social protagonizadas pela classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, sua condição e seu potencial de “alternativa” societária em variadas circunstâncias são minimizados e mesmo colocados em xeque pelo modo como estas se inserem no âmbito de relações de subordinação e dependência com agências, mecanismos e operadores do Estado e do mercado capitalista. O artigo em questão pretende apresentar um sucinto balanço crítico do repertório teórico mobilizado por expoentes da economia solidária à luz de perspectivas oriundas do campo anarquista e marxista heterodoxo, relacionando-o com a proposta da “economia participativa” (PARECON). Dessa forma, espera-se contribuir com uma crítica a este marco teórico através da recuperação do sentido antissistêmico do conceito de autogestão, subsidiando a reflexão e a análise relativas a tais experiências.

Palavras-chave: Autogestão. Auto-organização social. Economia solidária, PARECON.

1 Doutor em sociologia pelo (Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) IESP/UERJ, com pós-doutorado em sociologia pela (Universidad de Buenos Aires) UBA/Argentina. Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e do curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim/RS. Investigador do Grupo de Trabalho Anticapitalismos & Sociabilidades Emergentes (ACySE) do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO), espaço no qual esse texto assumiu suas primeiras feições. Autor de “Teoria social, democracia e autonomia. Uma interpretação da experiência zapatista de autogoverno. 2. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2019. E-mail: cassiobrancaleone@gmail.com.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

I Introdução

A cooperação voluntária, a democracia direta e a colaboração horizontal, como valores e conteúdos práticos de experiências de autonomia, protagonismo e socialização concretizadas no interior de empresas e unidades produtivas, compõem o que poderíamos considerar como o repertório de “tecnologias sócio-organizacionais” criado e acumulado pelos trabalhadores e atores sociais subalternos. No âmbito do processo histórico de resistência e negação dos imperativos heteronômicos institucionalizados pela forma-Capital e pela forma-Estado como instâncias vertebradoras do mundo moderno (GRAEBER, 2010), os registros dessas experiências podem ser localizados em distintos tempos e geografias. Sob denominações como mutualismo, apoio mútuo, conselhismo, cooperativismo, ou, mais recentemente, economia social, solidária e participativa, os processos que lhe são resultantes podem ser compreendidos de um modo mais amplo como “fenômenos de autogestão”. Este entendimento, porém, não implica uma uniformização das características de suas manifestações, o que por si justifica a investigação sistemática de cada uma dessas experiências, nas diversas temporalidades, espacialidades e nos regimes discursivos em que se realizaram.

Por um lado, reconhece-se amplamente que a condição e o potencial de “alternativa” societária dessa “outra economia”, em variadas circunstâncias, são minimizados e mesmo colocados em xeque pelo modo como estas se inserem no âmbito de relações de subordinação e dependência com agências, mecanismos e operadores do Estado e do mercado capitalista. Por outro lado, com o advento do que se convencionou denominar como acumulação flexível e reestruturação produtiva, até mesmo alguns dos “expedientes” que participam da “forma autogestionária” de organizar o processo de trabalho e produção foram absorvidos e apropriados por parte das teorias e práticas de gestão e administração de empresas, de organizações governamentais e não governamentais (como nos casos dos chamados “paradigma gerencialista”, “modelo japonês” ou *toyotismo*), na maior parte das vezes, para escamotear processos de flexibilização e precarização de direitos trabalhistas ou potencializar o desempenho funcional da força de trabalho sob menor custo disciplinar.

Embora o debate contemporâneo se encontre hoje no Brasil e na América Latina dominado pela gramática institucionalizada da chamada “economia solidária” (SINGER; SOUZA, 2000), que contribui para promover um ambiente discursivo que visa a alcançar algum nível de consenso sobre a natureza e os possíveis desdobramentos dessas experiências, a paisagem social e o enquadramento teórico da questão continuam sendo caracterizados pela complexidade, heterogeneidade e ambivalência (LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015).

O artigo em questão pretende esboçar um sucinto balanço crítico do repertório teórico mobilizado pelo movimento autodenominado como economia solidária à luz de elementos constituintes da perspectiva autogestionária oriundos do campo anarquista e marxista heterodoxo, confrontando-o com a proposta da chamada “economia participativa” (PARECON) (ALBERT, 2003), objetivando, com isso, contribuir com os debates correntes inscritos no marco teórico dedicado à reflexão e análise de experiências contemporâneas de auto-organização social em espaços de trabalho e produção.

2 Autogestão: uma velha ideia nova

[...] en el siglo XVIII el concepto de democracia canalizó y expresó las esperanzas revolucionarias. En el siglo XIX ese papel lo desempeñó el concepto de socialismo. Nuestra tesis es que el concepto de autogestión está destinado a desempeñar el mismo papel que desempeñó en sus días los de democracia y socialismo.

Pierre Rosanvallon

Ainda que a expressão “autogestão” seja relativamente recente, datando sua incorporação no vocabulário político francês à década de 1960², sua inscrição histórica como conteúdo de determinados valores e práticas sociais produzidos no seio de trabalhadores, artesãos, camponeses e outros atores subalternos, remonta sobretudo ao século XIX, particular-

2 A aparição pública da expressão remonta aos anos de 1950 e 1960, provavelmente com a tradução do termo sérvio *samoupravljie* para o francês *autogestion*, objetivando a retomada sobre o debate a respeito da intervenção operária na economia no contexto do socialismo iugoslavo e seus desdobramentos como crítica ao modelo soviético, tendo relevante recepção nas revistas francesas *Socialismo ou Barbárie* e *Socialismo e Autogestão* (GUILLERM; BOURDET, 1976; LOCKS FILHO; VERONESE, 2012).

mente aos processos de resistência à implantação do capitalismo industrial (THOMPSON, 2000; ROSANVALLON, 1979). Se a inflexão do curso da história da esquerda do século XX, predominantemente marxista, encontrou seu derradeiro marco em 1968, estimulando um processo de diferenciação em relação às perspectivas predominantes, como o leninismo e a socialdemocracia, o conceito de *autogestão* se tornou uma espécie de pedra angular que veio a canalizar muitas revisões e mesmo se tornar uma bússola para novos percursos, além, claro, de permitir que voltasse à superfície das ideias políticas visões de mundo até então consideradas “superadas”.

Os principais elementos que orientaram esse processo de “virada” encontraram sua expressão no entrecruzamento da *crítica à alienação econômica* (como diagnóstico dos efeitos da conjugação entre propriedade privada dos meios de produção e divisão social do trabalho, que separam o trabalhador dos meios e dos produtos de seu trabalho) e da *crítica à alienação política* (como diagnóstico dos efeitos da autonomização do poder soberano no seio do Estado, que separa o indivíduo/cidadão moderno dos meios de gestão da vida coletiva). E muito embora o Estado de Bem-Estar Social tenha sido uma capitulação circunstancial e pontual do livre curso de expansão da mercantilização da vida para garantir a paz social e a reconstrução do mundo europeu no pós-guerra, às custas da exploração das populações e territórios do capitalismo periférico, o socialismo real (ou capitalismo de Estado) não escapou de sua condição tecnocrática a serviço do desenvolvimento das forças produtivas, seguindo os parâmetros verticalizados e heterônomos da economia capitalista, estando longe, portanto, de realizar a emancipação da classe trabalhadora (BERNARDO, 2004; TRAGTENBERG, 1981, 2011).

Vale recordar, no entanto, que a ideia de uma transformação social que não se reduzisse a operações temporárias de mudança de senhores e dirigentes, e que implicasse um processo de real autonomia dos trabalhadores atacando a heteronomia no coração do mercado e do Estado, ou seja, promovendo democratização e socialização plena dos espaços de trabalho, produção e poder, não foi a “novidade” dos anos 1960 como parece ter sido insinuado por alguns membros da chamada Nova Esquerda.

Se buscarmos nos vestígios históricos das dinâmicas das lutas operárias e camponesas pretéritas (THOMPSON, 1997), bem como nas formulações teóricas de intelectuais e militantes anatematizados pelo monopólio exercido pelo marxismo (pelo menos em suas versões dominantes) na imaginação política da esquerda, encontraremos um amplo e significativo repertório de práticas e ideias nessa direção (ANDERSON, 2015; SCHMIDT; VAN DER WALT, 2008).

No campo do que viria a se constituir como tradição anarquista, podemos mencionar pelo menos duas contribuições teóricas que anteciparam e forjaram elementos indispensáveis para o substrato conceitual da emergente noção de autogestão. A primeira delas vem de Pierre-Joseph Proudhon, ao elaborar a crítica ao conjunto de relações sociais (de dominação e de exploração) que constituem a forma-Estado e a forma-Capital, respectivamente, como *governamentalismo* e *salariato*: o princípio de autoridade como configurador das relações sociais que moralizam e naturalizam a indispensabilidade da separação governo/governado e patronato/assalariado (BANCAL, 1984; PROUDHON, 1975).

Para Proudhon é politicamente inconcebível uma forma de regulação da vida coletiva que não seja a livre associação dos produtores (e se são produtores, isso quer dizer a superação do *salariato* e da estrutura social baseada no regime de propriedade que o torna possível), e seu anarquismo ultrapassa uma condição de projeto antiestatal exclusivamente apontado para o futuro na medida em que considera a complexidade da experiência humana situada historicamente. Ao fazer um balanço das mais diversas formas de organização social analisadas pelo conhecimento histórico-científico de sua época, Proudhon (1975) conclui que a maior parte da humanidade, pelo menos no registro de tempo por ele mobilizado e conhecido, foi capaz de constituir diversas modalidades de *ordem social* independentemente da formação de instituições de governo, tal como o Estado, por exemplo³. Assim demonstra, através de um argumento, que articula a re-

3 Apesar de ser praticamente ignorado pelas ciências sociais e inspirado em Proudhon, Kropotkin foi responsável por uma bela monografia antropológica na qual explora este tema. Recentemente, ainda no campo da antropologia, além do clássico trabalho de Pierre Clastres, existem exemplares estudos conduzidos por James Scott, David Graeber e Harold Barclay sobre contemporâneas sociedades sem governo (KROPOTKIN, 2012; SCOTT, 2009; GRAEBER, 2010; BARCLAY, 1990).

lação “gênero-espécie”, a qual fomos sistemática e arbitrariamente conduzidos a aceitar, desde pelo menos o advento das fabulações contratualistas (base jusnaturalista dos modernos Estados), que somente seria possível a ordem social (espécie), gerada pelo governo estabelecido (gênero), ainda que nem todo governo estabelecido seja capaz de produzir a ordem social. E inverte esta lógica quando alega que, na realidade, toda sociedade humana é, por si mesma, uma representação da ordem social (gênero), capaz de se constituir por modalidades particulares de organização, entre *uma* delas, o Estado (espécie).

Proudhon (1996) também apontava sua análise e proposta de reorganização social para o fenômeno da associação e da cooperação entre os subalternos, que interpretava à luz dos esforços de auto-organização existentes na Europa do seu tempo. Acreditava que, por meio de coalizões, os operários poderiam escapar do salariato, realocando progressivamente toda a força de trabalho para fora das unidades produtivas dominadas pelo patronato. Ele se apropriou da expressão *mutualismo*, utilizada nos meios operários, para denominar as diversas formas de associação voluntárias do trabalho para finalidades de produção, prestação de serviço, obtenção de crédito ou melhores condições de aquisição de bens de consumo. Na verdade, qualquer atividade humana poderia ser realizada e organizada pelo esforço colaborativo dos trabalhadores, para atender finalidades imediatas ou necessidades duradouras. Além do mais, para fazer frente ao *governamentalismo* e à forma-Estado (e este me parece o cerne de seu projeto de *anarquia* como *ordem*), tais iniciativas coletivas poderiam potencializar o alcance de suas ações e a escala de seus efeitos ao se associarem entre si sob a perspectiva do *federalismo*, estabelecendo laços por meio de acordos e pactos, também de duração e propósitos negociáveis, para além de limites territoriais e barreiras nacionais (PROUDHON, 1996).

Na proposta de *federalismo* de Proudhon podemos destacar pelo menos dois sentidos: a) o princípio geral que orienta a livre associação entre entidades autônomas e independentes (em geral de caráter funcional e produtivo); e b) a forma política assumida pelas comunicações (unidades territorial-demográficas autoidentificadas) associadas entre si, em oposição às atuais configurações de países e Estados. Esta segunda leitura permite

identificar a anarquia como uma complexa articulação colaborativa e associativa entre o que entendemos atualmente como esferas econômica (*mutualismo*) e política (*federalismo*) (TRINDADE, 2001; PROUDHON, 1996; MOTTA, 1981).

Não podemos negar que existe uma premissa de natureza econômica (ainda que não reduzida absolutamente a ela) na proposta mutualista de Proudhon: o operariado teria melhores oportunidades de se emancipar politicamente quando alcançasse a emancipação econômica mediante a abolição do regime de salariedade, ou seja, se fosse extinta a relação de subordinação e autoridade mantida pelo patronato como proprietário dos meios de produção. Por isso, Proudhon atribuía ao mutualismo uma potencialidade antissistêmica: como modalidade de “boicote” socioeconômico, a força associativa dos operários poderia realizar uma transformação social não “traumática”, utilizando a propriedade privada contra a própria propriedade privada (BUBER, 1955; CUVILLIER, 1934). A questão é que no lugar da *expropriação dos expropriadores*, Proudhon estimulava algo como um esvaziamento do chão de fábrica e da disponibilidade da mão de obra assalariada pela *abolição do mercado de trabalho*.

A outra contribuição valiosa do campo libertário a ser destacada é oriunda de Piotr Kropotkin, um dos principais anarquistas modernos a dedicar consistentes e sistemáticas reflexões sobre a necessidade (em contraste com Proudhon) da expropriação dos meios de produção diretamente por parte dos expropriados, não apenas como finalidade da revolução social mas também como sua própria realização enquanto tal. De onde deriva um conjunto de proposições que, de algum modo, se aproximariam de um esboço de um “programa anarquista” (KROPOTKIN, 2005), o qual é compatível com as especificidades das sociedades industrializadas e amparado na articulação da auto-organização popular nas esferas do consumo e da produção.

Kropotkin chegou a desenvolver um minucioso estudo sobre as possibilidades de descentralização da estrutura industrial, projetando sua conexão direta com a produção agrícola em pleno século XIX. Para ele, e na contramão do que se argumentava em seu tempo, os avanços técnico-científicos poderiam ser utilizados para estimular a disseminação das modernas

estruturas produtivas pelos mais diversos pontos do território do planeta, associando-as em distintas escalas, sem prejuízo a formas horizontais e democráticas de planejamento e gestão (KROPOTKIN, 1994), unificando trabalho manual e trabalho intelectual.

Provavelmente, a tese que lhe rendeu maior proeminência no cenário científico e, de algum modo, lançou bases mais sistemáticas para se pensar o anarquismo como teoria social moderna foi a “descoberta” do apoio mútuo como “fator evolutivo”. Impelido a confrontar diretamente o que ele considerava como darwinismo vulgar disseminado, e especialmente, seu contrabando para uma teoria sociológica que buscava justificar as desigualdades e o espírito concorrencial do capitalismo do século XIX, Kropotkin realizou uma profunda e ousada arqueologia dos fenômenos de cooperação do mundo natural à realidade humana, onde confluíam, como processos retroalimentadores, a cooperação, a individualização e a complexificação da vida.

Analisando os fenômenos sociais de cooperação existentes nas sociedades capitalistas modernas, Kropotkin desvela que o domínio estatal, longe de ser absoluto, não foi capaz de realizar a desejada pulverização em corpos isolados das formas de vida animadas pelo apoio mútuo, e encontra nas diversas manifestações da vida comunal camponesa velhos e novos elementos ainda pujantes. Ele cita exemplos de modos instituídos de colaboração auto-organizada com características semelhantes existentes em vários países da Europa, dos quais são dignos de nota o *mir* e o *artel* russos.

A comuna camponesa, ou *obshtchina*, consistia em um tipo peculiar de propriedade coletiva da terra existente em grande parte do campo russo no século XIX (inclusive, após a abolição da servidão, muitos camponeses que teriam direito ao acesso privado à terra optaram por se integrar em comunas). Seu governo, uma assembleia dirigida por anciãos onde todos podiam tomar parte, era designado pela palavra *mir*, significando “a comuna reunida em assembleia”, mas também “paz” e “mundo”. Mas a comuna, como um regime de vida social no campo, não era uma reunião de indivíduos, e sim um conjunto de lares e famílias. Não havia também uma identidade direta entre a comuna e a aldeia: várias comunas poderiam compor uma aldeia, ou uma comuna poderia ser constituída por mais de uma aldeia.

A coletividade da comuna não estava somente em sua assembleia. As deliberações eram conduzidas pelo consenso, com a participação de todos, sem a necessidade de qualquer órgão representativo. Apenas delegados eram escolhidos ou sorteados para demandas especiais. Toda a produção era estabelecida coletivamente, assim como a disposição das terras de plantio, que eram sorteadas em parcelas alternadas para cada família, em cada estação ou período agrícola. Bosques e rios congregavam o patrimônio de todos, e apenas as residências eram propriedade particular (MEYER, 1991). A persistência do *mir* no contexto do desenvolvimento capitalista na Rússia foi uma questão incontornável para as mais diferentes frações revolucionárias que se dedicavam à agitação política ou disputavam a direção dos movimentos insurrecionais no país, tanto que foi motivo de uma convergência entre vários ativistas políticos, muitos deles estudantes universitários, que passaram a ser conhecidos como *narodniki* (ou “populistas russos”), por apostarem no potencial revolucionário e regenerador das comunas rurais e de aspectos do modo de vida camponês (FERNANDES, 1982).

Já o *artel*, como forma de cooperação informal (próximo ao que chamamos por *mutirão* no Brasil, ou *tequio* entre os indígenas mexicanos) também possui origem rural, mas transcendeu o espaço agrário e de algum modo resignificou e difundiu elementos de “certa psicologia camponesa” para as mais diversas regiões da vida social russa. Para Kropotkin, na esteira de seu contemporâneo Herzen, a história da formação da Rússia e da colonização da Sibéria deveria ser considerada uma história dos *artéis*, das alianças de caça e comércio e das próprias comunidades aldeãs. Entre pequenos grupos de camponeses que migraram para trabalhar em fábricas, na união de vários ofícios da construção – entre pescadores, lenhadores, presos e condenados, florescendo de baixo pra cima no mundo do trabalho –, organizando-se de forma permanente ou temporária, atuando na produção ou consumo, eram tão disseminados que, em circunstâncias difíceis geradas por conflitos bélicos, o próprio governo czarista, através de agências estatais, realizou contratos de prestação de serviço ou produção de bens com trabalhadores organizados em *artéis*⁴.

4 Podemos registrar também, na região balcânica, a existência da *zadruga* – uma espécie de instituição de apoio mútuo lastreada por laços de parentesco, mas não exclusivas a eles –, sem a qual seria impossível uma com-

Entre os setores urbanos, especialmente no seio dos assalariados modernos, o apoio mútuo manifestava-se tanto pelo resgate de princípios de variantes do corporativismo medieval, atualizado pelos contornos da luta de classes, quanto pela criação de novos espaços, frentes ou organizações colaborativas inovadoras. A constituição dos primeiros sindicatos de trabalhadores carregava consigo a marca do apoio mútuo; afinal, se a luta por seu reconhecimento público é demasiadamente conhecida pela ferocidade repressiva e as atrocidades cometidas pelo Estado e capitalistas contra o proletariado que adquiria uma combativa consciência de classe, a “pré-história” da organização sindical pode ser rastreada na infinidade de associações mutualistas, clubes de auxílio funerário, grêmios esportivos e até sociedades secretas protagonizadas pelos subalternos e dissidentes rebeldes (THOMPSON, 1997, 2000).

Para além da luta política e social, o apoio mútuo também teria fomentado a proliferação moderna de uma infinidade de esferas associativas criadas como sociedades científicas, literárias, juvenis etc., todas movidas pelo espírito voluntário e pela disposição auto-organizativa para atender demandas, interesses e/ou afinidades de pessoas que buscavam no vínculo social, na ação direta e na colaboração com outros uma maneira de realização pessoal e de propósitos (e Kropotkin não subtrai nem as classes dominantes das dinâmicas promovidas pelo apoio mútuo).

O mais interessante no argumento kropotkiniano, que vale a pena insistir, é que o apoio mútuo, mesmo situado no plano de “fator de evolução”, nunca pode ser isolado de certa disposição individual para ser realizado (ou seja, não pode anular o “princípio da iniciativa individual”). No caso especial do mundo moderno, e tendo em vista o projeto ético-político que orienta a visão de Kropotkin, mais do que estabelecer as bases socio-biológicas da moral e da justiça, e mesmo reconhecendo a plausibilidade de uma comunalidade ontológica, a cooperação que pode ser lida a partir da ideia de “constrangimentos sociais e culturais”, também pode ser observada mediante a manifestação de tendências voluntárias, onde o afeto, a

preensão sócio-histórica do significado do processo de autogestão que tomou fôlego na ex-Iugoslávia, aparentemente relacionado, e de forma unilateral, a uma política oficial estimulada pela ruptura de Tito com Stalin (VENOSA, 1982).

amizade e a solidariedade se colocam fundamentalmente como uma opção cujo resultante, pelo menos, parece apontar para formas de interação e vínculos ao mesmo tempo integradores e liberadores.

Já no campo do marxismo, especialmente no que poderíamos considerar como suas correntes heterodoxas (particularmente tendo em vista a cristalização do marxismo-leninismo como tradição hegemônica do movimento revolucionário durante o século XX), encontramos no chamado “comunismo conselhistas” a melhor expressão teórica que se aprofundou em questões que atualmente são caras ao debate sobre autogestão. Anton Pannekoek, apesar de ser um nome pouco conhecido (mesmo entre os marxistas), pode ser considerado um dos mais importantes teóricos dos *conselhos operários* (BRICIANER, 1975). Tendo em vista as principais experiências “espontâneas” de resistência promovidas pelos trabalhadores no início do século XX, especialmente na Rússia de 1905 (VASSILEV, 2008) e na Alemanha de 1918-1923 (GUILLERM; BOURDET, 1976), Pannekoek traduzia a emergência dos *conselhos* como evidência que apontava importantes elementos a respeito da forma e do conteúdo que poderia assumir o processo de autoemancipação dos trabalhadores.

Crítico do sindicalismo moderno, que em geral teria se domesticado por adaptar-se às estruturas estatais, transformando-se em verdadeiras agências de contemporização e gestão do conflito de classe, inclusive pela sincronização de interesses/estilo de vida entre dirigentes sindicais, promovidos à condição de verdadeiras elites burocráticas (MICHELS, 1982), e setores da alta gestão empresarial, Pannekoek encontraria nos conselhos de trabalhadores os espaços privilegiados tanto para o despertar da consciência de classe quanto para o desenvolvimento de um senso de solidariedade, participação e protagonismo que conferiria as “condições subjetivas” para a autogestão da unidade produtiva.

O *conselho de fábrica*, que nasce da ação direta, muitas vezes como desdobramento da atividade grevista mais espontânea, ou seja, não dirigida pelo sindicato ou partido, poderia passar (como ocorreu na experiência alemã), mediante o que Pannekoek nomeava por “greve selvagem”, à expropriação dos meios de produção: a socialização e o controle exercidos e realizados *diretamente* por parte dos trabalhadores, tal seria o cerne da autoemancipação prognosticada por Pannekoek.

Não se reduzindo apenas à gestão coletiva da produção, os conselhos de trabalhadores poderiam fornecer as condições e as estruturas para a realização da autoadministração local, associando-se e federando-se a outros conselhos que compartilham um mesmo território ou integram uma mesma comunidade ou população. Pannekoek, em momento algum, buscou esboçar os detalhes e as direções que tais princípios poderiam assumir; mas, não se furtou de apontar algumas possibilidades historicamente situadas (PANNEKOEK, 2007, 2011).

Assumindo que os conselhos não se constituiriam como governo ou órgãos decisórios e deliberativos (tais funções caberiam propriamente à assembleia de todos os envolvidos no assunto) mas, pelo contrário, como instâncias de comunicação, coordenação e execução de demandas oriundas das bases, o mecanismo procedimental mais afinado com essa estrutura seria a delegação e o mandato imperativo e revogatório. Assim, toda deliberação mais substantiva passaria por uma articulação, por meio de escalas em níveis de agrupamento de trabalhadores, que pudesse encaminhar suas resoluções para instâncias indicadas ou competentes para sua execução.

Considerando as unidades produtivas como células gestoras da organização do trabalho e da produção, mas ao mesmo tempo da autoadministração local, isso implica que elas deveriam se desenvolver a partir dos circuitos de inter-relações existentes já no âmbito da complexa arquitetura da divisão social do trabalho das sociedades modernas. Portanto, uma ponte deve ser estabelecida entre a descentralização e a participação no campo da produção local, e a planificação e articulação da distribuição, das trocas e do consumo no âmbito de uma sociedade mais ampla.

Se as unidades produtivas podem se organizar como verdadeiros microuniversos ao redor dos quais orbitam um conjunto de relações e atividades humanas (da socialização ao lúdico, da vida comunitária aos fluxos cosmopolitas), é somente pela cooperação e pela colaboração *intra* e *inter* unidades produtivas que se torna viável a realocação de excedentes para a organização de serviços “especializados” socialmente indispensáveis, como saúde e educação, por exemplo, e serviços de gestão e administração democrática global da produção e do consumo.

Pannekoek insiste na questão das tarefas de gestão e administração, mas *destituindo-as de funções de governo*. Por tarefas de gestão e administração designa a organização de escritórios e agências de contabilidade e estatística para mensurar as necessidades de produção e consumo e auxiliar na coordenação de atividades entre os diversos conselhos de trabalhadores associados. Também poderiam ser as instâncias responsáveis por um tipo de tratamento racionalizado ao que cabe a cada indivíduo a partir das horas dedicadas ao trabalho, dado que este lhe parecia o principal critério de distribuição de bens e serviços.

Com isso, é possível argumentar que a expressão “autogestão”, surgida nos anos 1960, embora inspirada na tradução da prática de auto-organização dos trabalhadores iugoslavos, aglutinou ao seu redor um conjunto de pensadores como Castoriadis (1983), Lefebvre (2001), Guillerme e Bourdet (1976) e Rosanvallon (1979), por exemplo, que realizaram uma ruptura ou releitura libertária do marxismo, além de intelectuais de extração nitidamente proudhoniana e libertária, como Georges Gurvitch (1966, 1983). Um dos principais desdobramentos desse esforço conceitual e político culminou em um processo de recuperação de perspectivas até então marginalizadas que apontavam para uma visão sistêmica da autogestão, ou seja, como uma proposta global de alternativa societária. Bem distinta das leituras mais correntes que se fazem da autogestão, favorecidas em grande medida pelo lugar ocupado pela economia solidária no debate atual, que tende a circunscrevê-la exclusivamente no interior do espaço da empresa, como modalidade “mais democrática ou participativa” de gestão empresarial.

3 A economia solidária

O principal ponto de consenso entre muitos pesquisadores da economia solidária (LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015; NOVAES, 2011; BERTUCCI, 2010; BARBOSA, 2007; SINGER, 2006; FARIA, 2005; GAIGER, 1998, 2001, 2004, 2006; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; NASCIMENTO, 1999, 2004a; TIRIBA, 2001; MANCE, 2000) é a constatação da existência de um campo discursivo simultaneamente teórico e militante, marcado pela heterogeneidade de perspectivas. Embora as

dificuldades em delimitar as fronteiras entre o *aspecto normativo* (projeto sociopolítico) e o *aspecto descritivo-interpretativo* (análise de experiências) possa significar um claro sinal do *status* de *disputa* desse campo, é necessário também levar em conta a sua condição constitutiva, derivada de um forte agenciamento levado a cabo pelos movimentos sociais, fundamentalmente aqueles envolvidos diretamente com tais práticas e valores, na criação de espaços e redes de colaboração e disseminação de experiências (como fóruns nacionais e internacionais), privilegiando a interlocução com ativistas, pesquisadores e agentes do Estado (especialmente no contexto dos “governos progressistas” da América Latina). A constituição da economia solidária como um campo político e de pesquisa relevante nos últimos 20 anos, portanto, significa também seu processo de institucionalização como objeto de políticas públicas, de ações extensionistas universitárias e de marcos jurídicos regulatórios.

Os predecessores mais próximos da economia solidária como conceito em construção, sem dúvida, são as noções de *economia social* e *economia popular*, tanto no âmbito semântico quanto no âmbito de experiências de auto-organização social do trabalho (NASCIMENTO, 1986; FRANÇA FILHO, 2002, 2006, 2007). A economia social faz referência aos repertórios mais tradicionais do cooperativismo europeu, incorporando as mais recentes “iniciativas locais” e comunitárias que ali se registraram. Já a economia popular visa demarcar o contexto de mobilização e organização de movimentos sociais da América Latina que – em grande medida, apoiados especialmente nos esforços da chamada igreja progressista – lutavam contra as condições de exclusão social resultantes das políticas de liberalização econômica. O contexto neoliberal acentuou a miséria e o desemprego estrutural, colocando em evidência a multiplicação de iniciativas de inclusão oriundas do que ficou conhecido como “economia dos setores populares” (KRAYCHETE, 2000), além de criar as condições de emergência de inúmeras fábricas falidas recuperadas e administradas por trabalhadores (NOVAES, 2007).

Um exercício de arqueologia do termo economia solidária parece apontar uma provável origem francesa, inicialmente utilizada nos trabalhos de Jean Louis Laville (1994). Mas o fato é que o conceito foi objeto de

uma apropriação dinâmica e complexa, recebendo tratamento teórico por parte de um conjunto de ativistas e intelectuais latino-americanos, em especial brasileiros. Isso situou a figura de Paul Singer (2002, 2003a, 2003b, 2006), à condição de principal referência sobre o assunto atualmente. A criação do *Fórum Social Mundial*, com seu lançamento em Porto Alegre, no Brasil, em 2001, parece ter conferido uma centralidade estratégica ao termo, culminando na internacionalização de interpretações forjadas nas coordenadas dos intelectuais brasileiros (com centralidade em Singer), propiciando a consolidação de um circuito de ideias de contraponto ao neoliberalismo no qual a própria expressão se converteu em um poderoso condutor. Podemos também incluir a formalização, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego do primeiro governo Lula em 2003, da *Secretaria Nacional de Economia Solidária* (SENAES)⁵, órgão do qual ele se tornou o principal dirigente.

Paul Singer buscou sistematizar o conceito em uma dimensão analítica, política e histórica, ancorado em uma genealogia que atribui grande importância ao ativismo de *Robert Owen*, focando em seu apoio a causa operária e em sua iniciativa na criação de comunidades experimentais, bem como na herança cooperativista dos *Pioneiros de Rochdale*, ambos situados na primeira metade do século XIX. Ele traça também um panorama do desenvolvimento do cooperativismo europeu à luz da luta de classes, tanto em seu aspecto inicialmente revolucionário (de boicote ao assalariamento), quanto na sua relativa acomodação no seio do capitalismo emergente do pós-guerra (especialmente no caso do cooperativismo de consumo e agrícola). Nesse aspecto analisa, basicamente, o lugar ocupado pelas cooperativas na vida associativa de trabalhadores europeus.

Do ponto de vista analítico, Singer confere centralidade a “forma-cooperativa” no campo da economia solidária, e a define na qualidade de *modo de produção*, cujos princípios básicos seriam a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Em outras

5 Entre 2003 e 2016, Singer chefiou a SENAES. Não se pode negar, por sua vez, os vínculos entre a SENAES e os setores da CUT que já vinham se dedicando ao tema antes do primeiro governo do PT. Esta secretaria se tornou a principal agência pública nacional responsável pelo mapeamento do setor e elaboração de políticas para a área. Mais informações: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/>.

palavras, sendo a cooperativa a manifestação concreta dos processos de auto-organização do trabalho, sua dinâmica interna demanda mecanismos democráticos, igualitários e solidários de funcionamento. No entanto, no campo da distribuição, ela responderia às dinâmicas do mercado e da competição. Aliás, na leitura de Singer, a economia solidária como modo de produção apresenta uma característica superior ao capitalismo que seria traduzida na *conjugação (virtuosa) entre cooperação* (intraempresa) e *competição* (interempresa).

Politicamente, Singer defende que a economia solidária coexiste com o modo de produção capitalista em uma *condição intersticial*, atuando pedagogicamente no meio dos trabalhadores e preparando o terreno para um possível processo de transição pós-capitalista. Mas vale contrapor que a legitimação e a institucionalização da economia solidária junto ao poder público e aos movimentos sociais no Brasil, pelo menos, tem sido afirmada ao redor da defesa da preservação dos postos de trabalho diante do desemprego estrutural e das situações de exclusão.

Para atender aos principais objetivos delineados por este trabalho, passo a sintetizar um conjunto de pontos relevantes do debate sobre a economia solidária, utilizando algumas referências mais apontadas na literatura sobre o assunto, buscando evidenciar tanto a multiplicidade de perspectivas quanto a nucleação de algumas questões que me pareceram estruturalmente relevantes por perpassarem os argumentos de muitos autores (PATEMAN, 1992; PARRA, 2002; SANTOS 2002).

3. 1 Novo modo de produção

Como mencionado anteriormente, Paul Singer é um dos principais autores que se filiam à perspectiva da economia solidária como novo modo de produção, existente intersticialmente no bojo do modo de produção capitalista. Para ele, as relações de trabalho promovidas pela cooperação, bem como a propriedade associada dos meios de produção, conferem aos empreendimentos solidários uma condição diferenciada no mercado capitalista que promove o empoderamento dos trabalhadores. Havendo mediações favoráveis e um contexto institucional que estimule os empreendimentos, tal coexistência poderia dar lugar a uma superação do modo de produção

capitalista. O argumento de Singer acompanha de forma análoga os passos da explicação marxista que pretende compreender o processo de transição do feudalismo ao capitalismo, quando a protoburguesia comercial ainda era periférica em relação ao poder econômico nobiliárquico.

No entanto, muitos autores hesitam entender ou designar a economia solidária como modo de produção. Os autores não marxistas, por razões óbvias. Entre os marxistas, Gaiger (2003) defende uma compreensão da economia solidária que a localiza no âmbito das relações de produção, existindo, pois, no interior do modo de produção capitalista, em equivalência às interpretações clássicas do marxismo sobre o campesinato, ou seja, promovendo relações diferenciadas de produção inseridas de *forma subalterna* à lógica do capital. Outros autores irão enfatizar o papel dessas experiências no processo de reprodução do capitalismo, sem necessariamente configurar novas relações de produção, no máximo, mudando as relações jurídicas de propriedade do capital, o que não coloca em xeque as relações funcionais com o mercado (NOVAES, 2007). Há ainda aqueles que não concebem uma reprodução da experiência solidária para além de alguns nichos ou franjas periféricas do mercado, não apresentando assim nenhuma expressão disruptiva (QUIJANO, 2002). Os mais ortodoxos irão simplesmente acusar a contaminação do marxismo pelo “socialismo utópico” e pelo neoliberalismo, reduzindo a economia solidária a *ideologia da gestão da pobreza* (MENEZES, 2007). Sobre esse tópico, também são significativas as leituras que visam a reiterar a opinião de Rosa Luxemburgo (2011), quando diagnosticava a condição híbrida das cooperativas: as mudanças democratizantes no quadro do processo produtivo entram em franca contradição com demandas do ambiente competitivo e heterodirigido do mercado. Daí o diagnóstico fulminante: as cooperativas não competitivas perecem, e as cooperativas competitivas se tornam empresas convencionais.

3.2 Dinâmicas e estrutura organizacional das experiências

A tendência de muitas leituras é restringir a *autogestão* ao incremento de *relações igualitárias e democráticas na organização interna* e na *propriedade da empresa*, bem como à *divisão dos excedentes*. Sua morfologia predominante (inclusive jurídica) é a da *cooperativa*. Mas o que se tem obser-

vado em geral, no momento de indicar ou exemplificar as experiências, é a manifestação de um verdadeiro *polimorfismo organizacional* (GAIGER, 2003, 2006), inclusive transitando entre as dimensões da formalidade e da informalidade, da institucionalidade e da não institucionalidade. É quase certo assumir que há um *núcleo duro* formado basicamente por *empreendimentos de produção e prestação de serviços atuando como trabalho associado*. Mas também existem muitas redes de trocas baseadas em moedas sociais, espaços de comércio justo, de consumo coletivo e até mesmo iniciativas que se orientam por lógicas predominantemente antiutilitárias (como os mutirões de trabalho).

Se ampliamos o recorte dessa “outra economia”, como sugerem Cattani (2003) e França Filho e Dizimira (1999), podemos incluir todo um “circuito da dádiva” que anima variadas modalidades de relações de reciprocidade a fim de atender demandas materiais e simbólicas dos envolvidos. Outro elemento importante é a relação que se estabeleceu entre economia solidária e o chamado “terceiro setor”, por intermédio da disseminação de uma profusão de organizações não governamentais (ONGs) que apoiam ou promovem diretamente ações dessa natureza.

3.3 Setores marginais e setores dinâmicos da economia

Outra questão polêmica sobre as experiências de economia solidária é sua localização no interior do próprio campo produtivo. Não é novidade a correspondência entre a multiplicação de iniciativas solidárias e o processo de reestruturação produtiva e desregulamentação estatal. Para além das cooperativas de consumo, relativamente mais estáveis e duradouras no âmbito do capitalismo, a floração de novas experiências de trabalho associado nos últimos anos parece ter se concentrado ou no campo das *empresas e indústrias falidas* (ou seja, “derrotadas” em um ambiente de abertura comercial e competição mais acirrado), ou no campo das iniciativas de *contenção da extrema pobreza* quando se manifesta o “solidarismo de casamata” (GAIGER, 2003) como fenômeno sazonal (cooperativas de catadores de papel, de artesanato reciclado, de prestadores de serviços de limpeza etc.⁶).

6 Paul Singer (2006) menciona o fenômeno das cooperativas degeneradas, no qual podemos incluir tanto aquelas que assumem feições nitidamente empresariais (especialmente no trato interno, com a hierarquização entre

Este, inclusive, é um dos elementos que favorece uma leitura eminentemente negativa da economia solidária, do ponto de vista da emancipação dos trabalhadores. Tal condição é ainda mais agravada porque justamente nessas fileiras que sindicatos e movimentos sociais parecem depositar suas maiores energias, esvaziando o sentido da crítica ou combate às grandes empresas e às consequências do processo global de acumulação capitalista.

Uma exceção de cooperativas inseridas nos setores dinâmicos da economia poderia ser aplicada ao caso dos experimentos associativos de produtores rurais, que nos permite ilustrar o “cooperativismo empresarial” com mais propriedade. É interessante observar também que as cooperativas agroindustriais foram estimuladas nos anos 1970 no Brasil pelo próprio regime militar, visando a garantir melhores condições de comercialização e beneficiamento dos produtos agropecuários, dando passo ao nascimento de poderosas empresas cooperativas de larga escala e altos índices de contratação de mão de obra assalariada (BIALOSKORSKI, 2000; OLIVEIRA, 2013).

No entanto, se ultrapassarmos o campo produtivo como *locus* privilegiado da economia solidária, e tendo em vista sua vinculação às experiências situadas no campo do terceiro setor, podemos assumir as coordenadas da sociedade civil como espaço de manifestação e desenvolvimento dessas experiências e iniciativas, vinculadas ou não ao mundo produtivo. Assim, é possível visualizar organizações que subsistem e operam mediante a captação de recursos da iniciativa privada e/ou do Estado para oferecer treinamento, qualificação, postos de trabalho temporários, serviços, e outras ações que retroalimentam um complexo circuito do empreendedorismo solidário, materializando verdadeiros mercados da solidariedade (FONTES, 2006).

3.4 Relações com Estado

É praticamente unanimidade entre os autores que o Estado integra o “ambiente institucional” necessário para o desenvolvimento da economia solidária. Não se observou nenhuma ponderação a respeito das

associados, e destes em relação aos seus assalariados), quanto aquelas que são estimuladas e criadas por donos de empresas para atender aos objetivos de flexibilização das relações trabalhistas, geralmente nos contextos de terceirização (chamadas de “cooperatos”).

possibilidades de uma “outra economia” autônoma, rompendo ou friccionando os circuitos mercantis ou as regulamentações estatais (o que não significaria uma abstenção de relações com essas instâncias). Ainda que autores como Singer (2003a) admitam que as cooperativas podem nascer e crescer sem necessidade de fundos públicos, apontando a centralidade da sociedade civil no processo, ele mesmo considera imprescindível a atuação estatal como elemento “fiador” e regulador da cidadania para corrigir as “externalidades” de uma economia cooperativa competitiva, garantindo renda mínima e reinserção produtiva aos empreendimentos fracassados.

França Filho (2006) e Leite, Araújo e Lima (2015) apresentam uma leitura mais sofisticada das distintas tramas existentes na economia e na relação entre atores que sustentam os experimentos (trabalhadores, assessores e gestores estatais), mas não concebe o aprofundamento dos espaços associativos de trabalhadores sem a existência de políticas públicas regulatórias. Novaes (2007), apoiado em Mészáros, nos parece uma exceção ao conceber a necessidade de constituir um circuito entre os experimentos autogestionários que retroalimente suas necessidades de reprodução, diminuindo sua dependência em relação às dinâmicas da economia de mercado e do Estado. Mas esse movimento de autonomização apenas seria passível de se completar através de uma aliança com outros setores combativos da classe trabalhadora, no sentido de superar politicamente as instituições e lógicas responsáveis pela reprodução do sociometabolismo do capital.

3.5 Capacidade de transformação social

Sobre significado global ou sistêmico da economia solidária como fenômeno social, podemos observar entre os autores uma tendência à *polarização* entre a *precarização* e a *emancipação social* (o que obviamente não significa eliminar posições intermediárias). Ou seja, as avaliações opostas sobre os desdobramentos e efeitos das experiências solidárias sinalizam que elas podem tanto servir funcionalmente como estratégias adaptativas do capitalismo para gerenciar a pobreza e diminuir os custos dos dispositivos disciplinares da força de trabalho (MENEZES, 2007; QUIJANO, 2002) quanto representar gérmenes de novas instituições e relações sociais que atuam no sentido de um gradativo processo de emancipação do trabalhador (LEITE; ARAUJO; LIMA, 2015; FRANÇA FILHO, 2007; SIN-

GER, 2006; MANCE, 2000). O interessante é que ambas as posições, ao partir de premissas teóricas divergentes, que privilegiam determinados dados empíricos em virtude de outros, não são necessariamente excludentes. Tais argumentos, quando ensaiam defesas unilaterais do fenômeno, provavelmente apontem mais para referências ou inclinações normativas dos autores do que propriamente uma aproximação com a realidade.

Isso nos leva a um aspecto crucial dessa questão: o entendimento da *economia solidária como movimento social* (TIRIBA, 2008; TAUILE, 2002). Ora, como mencionado anteriormente, as fronteiras fluidas e a simultaneidade entre o ativismo e a pesquisa constituem um ponto de partida no campo da economia solidária. E esse fato não necessariamente deve ser analisado como uma dimensão negativa; pelo contrário: isso demonstra o *lugar da intencionalidade e da ação política e social* na criação de determinadas práticas, valores, instituições e realidades. Uma leitura macrossocial do fenômeno permite perceber que a atuação de grupos e agentes sociais na promoção dessas experiências ao longo dos últimos anos favoreceu a consolidação de uma identidade política e da formação de redes de colaboração e apoio mútuo entre seus participantes⁷. Na outra ponta, uma leitura microssocial nos possibilita aventar a hipótese sobre a emergência de determinadas dinâmicas de subjetivação que, do interior e no cotidiano das experiências, potencializam o desenvolvimento pedagógico de uma cultura do trabalho associado e de sociabilidades centradas na cooperação voluntária, na socialização democrática e na horizontalidade (ONUMA; MAFRA; MOREIRA, 2012; TIRIBA, 2008).

4 A economia participativa (PARECON)

A economia participativa (participatory economy – PARECON) consiste em uma concepção relativamente minuciosa e imaginativamente ousada

7 Sobre este aspecto, é necessário mencionar sobre a existência de espaços e organizações no Brasil que fomentaram a construção e consolidação da identidade do campo da economia solidária sob a ótica dos movimentos sociais: o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (abrangendo Fóruns Municipais, Regionais e Estaduais), a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão), a UNICAFES (União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária), UNISOL (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), a CONCRAB/MST (Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), a UNITRABALHO (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho) e a ADS/CUT (Agência de Desenvolvimento Solidário).

de “cartografia institucional” de uma economia pós-capitalista, inspirada em uma releitura de ideias anarquistas e conselhistas (ALBERT, 2003). Alimentada pelas experiências e vivências dos ativistas Michael Albert e Robin Hahnel (cientista político da Universidade de Harvard e economista do *Massachusetts Institute of Technology* respectivamente)⁸ e suas relações com círculos e coletivos altermundialistas nos anos 1990, ela oferece pistas e desenhos prospectivos para a visualização de esforços globais rumo a uma possível economia não capitalista, baseada nos princípios da *equidade, autogestão, diversidade e solidariedade*.

As tentações em compará-la aos planos de sociedades experimentais ao modo de um Fourier ou Owen são grandes, não fosse o fato de não se tratar estritamente de um projeto a ser implantado mediante o patrocínio de algum bilionário mecenas ou príncipe filantropo. Mesmo sendo, sem nenhum problema, enquadrada com facilidade na categoria *utopia*, é um exercício criativo inspirado em valores e experiências reais. Das experiências, a PARECON contém uma compilação das principais críticas oferecidas pela esquerda libertária tanto ao capitalismo quanto aos regimes burocráticos de centralização estatal. E recolhe os rastros dos pequenos e fragmentados atos de resistência e outros “ensaios” existentes (como aqueles oriundos da própria economia social, popular e solidária).

Partindo de um pressuposto ético e filosófico que os autores acreditam ser um fundamento da cultura moderna, o de que *peessoas não querem ser oprimidas e exploradas*, eles realizam uma discussão sobre o conjunto de *valores* coerentes com uma economia da liberdade, da solidariedade, da igualdade, da colaboração e da promoção do desenvolvimento das individualidades com a preservação do meio ambiente. Propõem, assim, a busca de mecanismos e instituições que possam orientar as ações de trabalhadores e consumidores por outras vias que não o mercado e o planejamento estatal centralizado.

A precedência argumentativa dos valores na proposta da PARECON baseia-se em um raciocínio que enfatiza a relevância da dimensão ética

8 Pelo menos cinco livros e uma dezena de artigos foram publicados pelos autores desde 1990. Para mais informações ver: <https://zcomm.org/category/topic/parecon/>; <http://www.participatoryeconomics.info/>. O desenvolvimento dos principais argumentos sobre o assunto aqui apresentados se encontram Albert (2013).

e normativa na arquitetura das instituições sociais. No caso, a centralidade da tese repousa na possibilidade de reconstrução ou reinvenção das instituições econômicas. Por economia, entendem o conjunto de instituições responsáveis pela produção, pela alocação e pelo consumo: relações de propriedade, mecanismos alocativos, divisão do trabalho, remuneração e espaços de tomada de decisão. O ponto é que estas instituições não são apenas a expressão da racionalidade instrumental e da livre iniciativa. Aliás, uma interpretação não economicista da economia já nos legou uma valiosa perspectiva teórica que aproximou autores como Weber, Polanyi e mais recentemente Granovetter. A economia se assenta em visões de mundo, e visões de mundo orientam instituições. Logo, os valores podem ser úteis tanto para criticar as instituições existentes (à medida que contrapõem ou não realizam os próprios valores que representam) quanto para indicar a necessidade de reforma ou criação de novas instituições. Isso alça a PARECON à condição de *projeto político de transformação* da economia, projeto amparado no *condicionante se*: “se” estamos de acordo, “se” há consenso em relação a este conjunto mínimo de valores: a) *equidade*, por meio da qual é possível destinar a parcela da riqueza socialmente produzida que cabe a cada indivíduo, relacionando rendimentos e remuneração com esforço, sacrifício ou necessidades pessoais (no caso daqueles impossibilitados de trabalhar); b) *autogestão*, que permite encontrar os meios adequados para canalizar o poder de decisão das pessoas ao modo como se organizam suas próprias condições de vida, redefinindo arenas de participação para que cada trabalhador/consumidor em uma economia possa influenciar os resultados de deliberações na proporção do impacto que esses resultados têm sobre eles; c) *diversidade*, para preservar variadas possibilidades de realização pessoal ao garantir espaços econômicos não majoritários em determinadas escalas, promovidos pela descentralização e agrupamento de afinidades por mecanismos federativos; d) *solidariedade*, que implica favorecer as estratégias de produção e consumo que estejam baseadas na cooperação. Tais valores não devem ser considerados a antípoda da *eficiência*. Pelo contrário, podem ser entendidos como condições morais que regulam as decisões econômicas no que tange ao atendimento de necessidades “sem desperdícios” e compatíveis com a disponibilidade de recursos de uma sociedade.

O próximo passo implica visualizar quais instituições poderiam compatibilizar adequadamente os valores mencionados acima em uma PARE-

CON. São apontadas, por Albert (2013), pelo menos cinco instituições: a) *propriedade social dos recursos produtivos*: entre a propriedade privada patronal e a propriedade estatal (calcadas na assimetria ou monopólio), a propriedade coletivamente possuída e gerida pelos trabalhadores dos empreendimentos e espaços de trabalho e produção, bem como controlada e fiscalizada socialmente por grupos de consumidores organizados; b) *conselhos autogestionários de trabalhadores e consumidores*: a constituição e multiplicação de espaços de democracia direta atuando nas empresas e nos territórios, com abertura para participação plena dos trabalhadores e consumidores diretamente afetados pelas decisões; c) *remuneração por esforço e sacrifício*: considerando o entendimento da equidade como remuneração segundo o tempo de trabalho dedicado à determinada atividade social, independentemente da qualificação do trabalhador ou do *status* da atividade (problematizando a hierarquização entre tempos vitais mais valiosos que outros e endossando o reconhecimento da interdependência das funções em uma economia); d) *complexos de trabalho equilibrado*: engenhoso mecanismo sugerido como forma de alocar de maneira mais justa as pessoas em atividades, evitando a existência de indivíduos especialistas exclusivamente dedicados a trabalhos insalubres, repetitivos e penosos ou criativos e realizadores, configurando “cotas de trabalho” que devem ser assumidas proporcionalmente para garantir o equilíbrio entre os tipos de tarefas existentes em uma economia; e) *planificação participativa*: articulação dos conselhos territorialmente no âmbito de uma economia regional ou nacional, com a mais ampla disseminação de informações sobre custos, disponibilidades de recursos e históricos de consumo, para garantir o atendimento de demandas, produção e distribuição.

Em publicações mais recentes, Albert (2013) descreve, em detalhes, vários aspectos de um modelo de economia participativa, inclusive lançando mão de artifícios matemáticos e exemplos para responder às críticas que se avolumaram ao longo dos últimos anos. Não é o caso de desenvolvê-las aqui. Mas, a título de balanço, irei destacar algumas incongruências (muitas reconhecidas pelos autores) e uma virtude da PARECON, tendo em vista os propósitos desse artigo.

Há pouco espaço na proposta para uma reflexão merecida acerca do lugar da política em uma economia participativa. Uma resposta possível

a essa crítica é que uma reorganização da sociedade nessa magnitude significaria o fim da política como a conhecemos. As funções exercidas pelo Estado e pelos governos poderiam ser subsumidas pelos conselhos de trabalhadores e consumidores. Uma ponderação nesse sentido iria de inegável encontro às formulações mais clássicas do anarquismo e mesmo do conselhismo marxista. Entretanto, não é o caso dos autores; afinal, eles se defendem por duas vias: na primeira via, justificam o esforço de pensar analiticamente (uma resposta para) a esfera econômica e, na segunda, reconhecem que o modelo PARECON é compatível com (e em algum grau até mesmo reivindica) o Estado Nacional, como macro-organismo regulador das trocas ou relações entre países e no seu interior. Do ponto de vista programático, os autores Michael Albert e Robin Hahnel até enfatizam a importância de ações da parte do poder público para promover a democratização/socialização da economia, permitindo o desenvolvimento de um processo similar no âmbito do próprio aparelho do Estado (e daí converge com as teses sobre democracia participativa e as experiências de governança local supostamente aprofundadas com a emergência e institucionalização dos orçamentos participativos).

A PARECON, por outras coordenadas (especialmente aquelas oriundas da esquerda ativista radical e da tradição anarquista), aponta para um horizonte não muito distinto daquele apresentado pela economia solidária, particularmente na sua versão delimitada e advogada por Paul Singer. A diferença é que se baseia em uma argumentação mais propositiva e militante, apelando para a intencionalidade dos agentes sociais e oferecendo a eles um modelo visualizável (o que não quer dizer verificável).

Outra debilidade que poderia ser apontada se relaciona às questões étnicas e de gênero (ou mesmo as ambientais). O endosso da diversidade no campo produtivo não necessariamente implicaria um reconhecimento de identidades e papéis sociais construídos de modo subalterno no interior das economias; do mesmo modo, a relação com países periféricos (dado que se considera desejável a preservação dos Estados Nacionais).

Por fim, comento acerca de questionamentos mais comuns referidos à PARECON. Quem garante, em última instância, o funcionamento ou respeito aos seus princípios? Que órgão ou “poder” zelaria pelo cumprimento

e pela distribuição das tarefas na economia? Ainda que essas perguntas aparentemente demonstrem críticas fulminantes à PARECON, podem ser descartadas facilmente quando se considera que o modelo não é algo a ser aplicado e implementado de cima para baixo por um poder revolucionário que conquistou o Estado, mas é um conjunto hipotético de procedimentos que poderiam amparar *práticas de transformação em curso*. O projeto somente passa a ter sentido quando promovido voluntariamente por um grande número de pessoas associadas em empreendimentos auto-organizados.

Sobre a virtude da PARECON, parece-me encorajadora a possibilidade de trazer à ordem do dia imagens e modelos alternativos de uma outra economia, mesmo que seja “fictícia”. Talvez as expressões *experiência virtual* ou *pragmática prospectiva* possam dizer algo a respeito, fundamentalmente quando respondem a experiências reais e práticas ativistas em curso que realizam parcialmente alguns desses valores, e se organizam identitariamente ao redor dos demais. Há uma dimensão prática muito relevante para a constituição de imaginários alternativos de ordem e a promoção de estados de mobilização e ação coletiva oriundos de muitas propostas ou narrativas que foram taxadas pejorativamente pelo cientificismo e positivismo marxista como utópicas. Não se trata de afirmar acriticamente o potencial indiscutível de qualquer “plano de transformação societária”, mas sim de entender o lugar que ocupam em determinados contextos sociais e culturais que o tornaram, inclusive, possíveis de serem enunciados.

Henri Lefebvre (1999) cunhou, certa vez, uma expressão que pode ser apropriada para refletir sobre esse mérito ou virtude da PARECON. Ao interpretar o que denominou como advento da sociedade urbana como um fenômeno global do capitalismo, ele partiu de uma hipótese considerada virtual: a tendência à urbanização total das sociedades humanas. Mais do que viver em cidades (o que também é concreto), a experiência dos indivíduos no capitalismo crescentemente se realiza por mediações, instituições, imaginários e práticas que são oriundos da sociedade urbana. A partir daí Lefebvre extraiu um conjunto de proposições e leituras possíveis sobre a condição do ser humano moderno. A este método de análise, ele chamou de *transdução*. Pois bem, se podemos realizar um exercício similar de *transdução* partindo da hipótese que admite uma *tendência ou um desejo em mo-*

vimento pela democratização virtual de todas as esferas da vida humana, seria possível derivar disso um conjunto de proposições e leituras sobre a vida moderna (obviamente não sem contradições ou impasses). Nesse sentido, a PARECON pode ser admitida como uma contribuição que oferece uma das visões mais abrangentes sobre o que poderia vir a ser uma economia socializada. Uma ferramenta simultaneamente conceitual e política, a seu modo, como a economia solidária.

5 Para além da economia solidária e da PARECON? A atualidade da autogestão

Autogestão é antes de tudo o meio de pôr em aplicação um princípio: a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. Isso implica estruturas organizacionais que permitem a aplicação desse princípio. Essas estruturas são, de saída, essencialmente organismos de base que permitem a expressão de todos os trabalhadores, simultaneamente no local da empresa e no local de moradia.

Rene Berthier

Mesmo diante da observação de um quadro teórico que converte a economia solidária em um grande guarda-chuva conceitual capaz de incluir um universo complexo de experiências de auto-organização social, é inegável a relevância dos fenômenos a ela associados, particularmente a capacidade de agenciamento desenvolvida por atores sociais a partir da identidade e de determinadas intencionalidades que encontram nela um conector e uma expressão palpável. Mais do que a PARECON (ou se quisermos entender a PARECON como parte do quadro da economia solidária), a economia solidária contribuiu para sedimentar uma gramática a respeito da capacidade associativa dos trabalhadores e setores subalternos que trouxe à tona novamente e conferiu centralidade ao conceito de autogestão.

Entretanto, na medida em que obteve materialidade nas experiências e se tornou léxico comum entre pesquisadores e militantes sociais, também se pode perceber um relativo esvaziamento de sentido da autogestão, quer dizer, uma tendência a limitá-lo a condição de técnica de gestão democrática das empresas. De certo modo, este caráter restrito não consiste em um

problema em si, dado que autogerir empresas significa a possibilidade de destitui-las do seu caráter vertical, hierárquico, autoritário e privatista, em suma, de uma arquitetura organizacional heterônoma que tem representado a única concepção aceitável e possível para o gerenciamento da atividade econômica (ou mesmo das instituições políticas) (MASSARI, 1977).

Cabe, agora, realizar a necessária disputa de sentido que faça voltar à superfície uma das dimensões mais fundamentais do conceito de autogestão, tendo em vista sua importância histórica no movimento dos trabalhadores e o papel que já foi jogado por ele em contextos de radicalidade da luta de classes: seu fundamento e potencial como via de transformação social. Retomar esse legado antissistêmico do conceito de autogestão significa, portanto, recolocar em cena elementos de reflexões oriundos da tradição anarquista e conselheira, onde economia e política se reencontram na velha máxima do “autogoverno dos produtores associados”. Se a mudança da dimensão organizacional interna dos espaços de trabalho e produção é condição *sine qua non* para o avanço de uma possível tendência democratizante e socializante das sociedades de classes modernas, com organismos de base e ambientes onde era realizada a experiência/mediação direta dos trabalhadores, essa mesma mudança não pode ser compreendida sem a necessária conexão e articulação global desses espaços em territorialidades com capacidade de se autodeterminar e se autorregular, em suma, de se autogovernar. A autogestão ou é generalizada, engendrando dinâmicas progressivas de autonomia individual e coletiva, ou não é nada. Ou, melhor, é apenas latência e resistência. O que também não é pouca coisa.

A perspectiva elaborada pelos autores da PARECON, apesar das ambiguidades apontadas, é relevante pois introduz a autogestão como princípio vetor de uma nova institucionalidade econômica, mediante um esforço pertinente de desenhar alternativas possíveis em um sistema de produção, prestação de serviços, distribuição e consumo ancorado na ética do trabalho associado. E a grande diversidade de leituras possíveis no universo da economia solidária, com seus acordos e desacordos, por sua vez, tem o mérito de permitir a elaboração de um quadro a respeito de questões práticas enfrentadas pelas experiências, como a relação com o mercado, o Estado, os setores mais sensíveis ao seu desenvolvimento e o modo como este ocorre em cada circunstância.

Porém, se o que está em jogo nesse domínio, talvez mais do que em outros, é justamente a dificuldade em separar os aspectos ético-normativos dos descritivos-interpretativos (RAMOS, 1989), parece-me que poderia ser desafiador e frutífero assumir uma perspectiva teórica que dialogue criativamente com as preocupações herdadas pelas tradições oriundas do próprio movimento dos trabalhadores que apresentaram por sua iniciativa o problema da emancipação do trabalho em relação ao capital como o cerne da questão social moderna. Mutualismo, federalismo, comissões de fábrica, conselhos e assembleias foram expressões históricas de um vocabulário político que era, ao mesmo tempo, o conteúdo de tecnologias democráticas de resistência. Nos dias de hoje, o conceito de autogestão e de trabalho associado pode vir a ser um conector privilegiado dessas memórias, experiências e tecnologias de resistência.

Do ponto de vista de uma agenda permanente de pesquisa, o estudo sistemático das experiências existentes – levando em consideração tanto o grau de horizontalidade, participação e democratização realizado internamente nas organizações quanto a capacidade de articulação externa com outras organizações e atores sociais – nos permitiria produzir leituras em pequena e média escala sobre os *fenômenos de autogestão*, entendidos como processos de auto-organização social no mundo do trabalho e da produção.

Compatibilizando com as transformações do capitalismo contemporâneo, encontramos uma realidade na qual uma parte substantiva da força de trabalho foi e está sendo destituída de um *lugar próprio ou coletivo* de trabalho e produção, no sentido institucional (e mesmo físico) da empresa enquanto organismo funcional (ANTUNES, 1999). Do *homeworking* às multiatividades que se conjugam no setor de serviços, passando pelo trabalho em rede típico da *internet*, há questões que complexificam os modos e as possibilidades do trabalho associado, positiva e negativamente. Estas novas modalidades de trabalho e produção, certamente, coexistem com a forma convencional da empresa e as iniciativas populares típicas de relações de vizinhança, como os mutirões. Cabe considerar os mais diversos pontos de contato entre tais modalidades de trabalho e produção, no sentido de ampliar ou não a autonomia e o protagonismo dos agentes envolvidos em um contexto de vertiginosa interdependência e mudanças. Em diferentes

escalas e transversalmente em variados espaços sociais, tais fenômenos de autogestão poderiam ser entendidos como constituídos mediante a produção e profusão de *sociabilidades emergentes* (COLETIVO ACYSE, 2012), sendo estas identificadas como arranjos interativos e representações de ordem social lastreados por uma conjugação de valores e práticas – como: o apoio mútuo, a solidariedade, a cooperação, a democracia direta, a autonomia individual e coletiva, e a diversidade – com distintos gradientes de antagonismo às instâncias heterônomas e verticais da forma-Estado e da forma-Capital (GUILLEN, 1990).

Referências

- ALBERT, Michael. **PARECON**. Economia Participativa. A vida depois do capitalismo. Lisboa: 7 Nós, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BANCAL, Jean. **Proudhon** – pluralismo e autogestão. Brasília: Novos Tempos Editora, 1984.
- BARBOSA, Rosângela. **A economia solidária como política pública**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BARCLAY, Harold. **People without government**. London: Khall & Averill, 1990.
- BERNARDO, João. **A democracia totalitária**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A produção de sentido e a construção social da Economia Solidária**. Orientadora: Christiane Girard Ferreira Nunes. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- BIALOSKORSKI, Sigismundo. Agribusiness Cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Fava Neves (org.). **Economia e Gestão de Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Pioneira. 2000.
- BRASIL. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Secretaria do Trabalho**. 2018. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/>. Acesso em: 10 maio 2018.
- BRICIANER, Serge (org.). **Anton Pannekoek y los Consejos Obreros**. Buenos Aires: Schapire, 1975.
- BUBER, Martin. **Caminos de utopia**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1955.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie**: o conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CATTANI, Antônio David (org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

COLETIVO ACYSE. Anticapitalismos & Sociabilidades Emergentes: nociones en construcción. *In*: CHAGUACEDA, Armando; BRANCALEONE, Cassio (org.). **Sociabilidades Emergentes y Movilizaciones Sociales en America Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2012. p. ?.

CORRAGIO, José Luís. Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, Bahia, v. 12, n. 1, p. 35-47, jun. 2002.

CUVILLIER, Armand (org.). **Proudhon**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1934.

FARIA, Maurício Sardá. **Autogestão, cooperativa, economia solidária**: avatares do trabalho e do capital. Orientador: Fernando Ponte de Sousa . 2005. 0411 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Dilemas do socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FONTES, Virgínia. Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantrópica. **OSAL** – Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, año VI, n. 19, p. 341-350, ene./abr. 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, [S. l.], ano 3, n. 5, p. 52-60, 2001.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos Ebape**, v. 2, n. 1, p. 443-461, mar. 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A economia popular e solidária no Brasil. *In*: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean Philippe (org.). **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre/Salvador: Edufrgs-Edufba, 2006. .

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação”. **Civitas** – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174, 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; DZIMIRA, Sylvain. Economia solidária e dádiva. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 6, n. 14, p. 141-183, jan./abr. 1999.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. (Coleção Sociedade e solidariedade).

GAIGER, Luiz Inácio. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, Ijuí, v. 13, n. 50, p. 47-71, 1998.

GAIGER, Luiz Inácio. As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária. **Revista de Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 37, n. 159, p. 103-151, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante dos novos modos de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 2, p. 513-545, 2006.

GRAEBER, David. **Fragmentos de uma antropologia anarquista**. Porto Alegre: Deriva, 2010.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. São Paulo: FGV, 1989.

GUILLÉN, Abraham. **Economía Autogestionária**. Madrid: FEL, 1990.

GUILLÉN, Abraham. **Economía libertaria**. Alternativa para un mundo en crisis. Bilbao: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1998.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1976.

GURVITCH, George. Extraits de l'Oeuvre. **Autogestion, études, débats, documents**, Paris, Cahier n. 1, déc. 1966.

GURVITCH, George. **Proudhon**. Lisboa: Edições 70, 1983.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

KROPOTKIN, Piotr. **Fields, factories and workshops**. Québec: Black Rose, 1994.

KROPOTKIN, Piotr. **La conquista del pan**. Buenos Aires: Libros del Anarres, 2005.

KROPOTKIN, Piotr. **Apoio mútuo – Um fator de evolução**. Porto Alegre: Deriva, 2012.

LAVILLE, Jean-Louis (dir.). **L'économie solidaire: une perspective internationale**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LEITE, Marcia de Paula, ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho na economia solidária**. Entre a precariedade e a emancipação. São Paulo: Anna Blume, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEVAL, Gaston, BERTHIER, René; MINTZ, Frank. **Autogestão e Anarquismo**. São Paulo: Imaginário, 2002.

LOCKS FILHO, Pompílio; VERONESE, Marília Veríssimo. Tramas conceituais: uma análise do conceito de autogestão em Rosanvallon e Bourdet & Guillerm. **Política & Trabalho**, n. 36, p. 267-290, abr. 2012.

- LUXEMBURGO, Rosa . **Textos escolhidos**. Seleção de Isabel Loureiro. São Paulo: UNESP, 2011.
- MANCE, Euclides. **A revolução das redes**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MASSARI, Roberto. **Teorias de la Autogestión**. Madrid: Zero, 1977.
- MENEZES, Maria. **Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista**. Rio de Janeiro: Granma, 2007.
- MEYER, Jean. **El campesino em la historia rusa y soviética**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- MOTTA, Fernando Prestes. **Burocracia e autogestão (a proposta de Proudhon)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NASCIMENTO, Claudio. **As lutas operárias autônomas e autogestionárias**. Rio de Janeiro: CEDAC, 1986.
- NASCIMENTO, Claudio. Autogestão: Economia Solidária e Utopia. **Temporaes: Democracia e Autogestão**, São Paulo, v. 1, p. 27-40, 1999.
- NASCIMENTO, Claudio. Autogestão e novo cooperativismo. **Texto para Discussão. SENAES/MTE**. Brasília, 2004a. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95EF1C50/prog_autogestaooperativismo.pdf. Acesso em: 10 jun. 2015.
- NASCIMENTO, Claudio. Do “Beco dos sapos” aos Canaviais de Catende. **SENAES**, 2004b. Disponível em: www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf. Acesso em: 15 abr. 2015.
- NOVAES, Henrique. O fetiche da tecnologia. A experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- NOVAES, Henrique. O retorno do caracol a sua concha. Alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, Emerson Dias de. O cooperativismo popular como expressão da economia solidária. **Geoiingá**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 149-172, 2013.
- ONUMA, Mitsue Soares; MAFRA, Flávia Luciana Naves; MOREIRA, Lilian Barros. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 65-81, mar. 2012.
- PANNEKOEK, Anton. **A revolução dos trabalhadores**. [s. l.]: Editora Barba Ruiva, 2007.
- PANNEKOEK, Anton. **Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários**. São Paulo: Rizoma Editorial, 2011.
- PARRA, Henrique Zoqui Martins. **Liberdade e necessidades: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia**. Orientadora: Maria Celia Pinheiro

Machado Paoli. 2002. 265 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1975.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do princípio federativo e da necessidade de reconstruir o partido da revolução**. Lisboa: Colibri, 1996.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção?. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

ROSANVALLON, Pierre. **La Autogestión**. Madrid: Editorial Fundamentos, 1979.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. **Black flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism**. Oakland;Edinburgh: AK Press, 2009.

SCOTT, James. **The art of not being governed**. London: Yale University, 2009.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. Economia Solidária. *In*: CARTTANI, Antônio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003b. p-

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

SINGER, Paul; MACHADO, João. **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003

TAUILE, José Ricardo. Do socialismo de mercado à economia solidária. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 107-122, jan./jun. 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumbres en común**. Barcelona: Crítica, 2000.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Unijuí, 2001.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 69-94, jan./jun. 2008.

TRAGTENBERG, Maurício. **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TRAGTENBERG, Maurício. **Autonomia operária**. São Paulo: UNESP, 2011.

TRINDADE, Francisco. **O essencial Proudhon**. São Paulo: Imaginário, 2001.

VASSILEV, Pano. **A ideia dos sovites**. São Paulo: Imaginário; Faísca, 2008.

VENOSA, Roberto. A institucionalização de tipologias organizacionais. Um estudo de caso: a autogestão na Iugoslávia. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 23-36, abr./jun. 1982.

Recebido: 01/11/2018

Aceito: 29/04/2020

Social self-organization in the field of work and production: notes for a critique of the solidarity economy

Abstract

The contemporary debate on alternative experiences of work organization and production is in Brazil dominated by the so-called “solidarity economy”. Also known as “cooperatives” or “recovered factories and enterprises”, many of these experiences are evidently not new, going back to the first practices of resistance and social self-organization carried out by the working class. At the same time, their condition and potential as a societal “alternative” in a variety of circumstances are minimized and even challenged by the way in which they fall within the framework of relations of subordination and dependence on agencies, mechanisms and actors of the state and the capitalist market. The article in question aims to present a brief critical review of the theoretical repertoire mobilized by exponents of the solidarity economy in the perspectives from the anarchist and heterodox marxist, relating it to the proposal of the “participatory economy” (PARECON). Thus, it is hoped to contribute with a critique of this theoretical framework through the recovery of the antisystemic sense of the concept of self-management, subsidizing the reflection and analysis related to such experiences.

Keywords: Self-management. Social self-organization. Solidarity economy. PARECON.